



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA**

**Preservação e Valorização do Património Edificado em Moçambique: o caso
do Conjunto da Baixa da Cidade de Maputo.**

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Licenciatura em Arqueologia e
Gestão do Património Cultural.

Autor: Arcénio Mário Pedro Chilengue

Maputo, 2015

Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Arqueologia e Antropologia

Preservação e valorização do Património Edificado em Moçambique: O caso específico do conjunto da Baixa da Cidade de Maputo.

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural.

Supervisora: **Prof.^a Dr.^a Solange Macamo**

O Júri:			
O Presidente	O Supervisor(a)	O Oponente	Data
_____	_____	_____	___/___/___

Maputo, 2015

RESUMO

A preservação e valorização do património edificado é uma responsabilidade colectiva, devendo a comunidade participar no seu processo, desde a elaboração de inventários até a tomada de decisão, pois só assim ela vai tomar a consciência acerca da sua importância social e económica.

Para a eficácia da preservação e valorização do património edificado não basta apenas a classificação do imóvel como um património cultural. É fundamental que sejam tomadas medidas cautelares previstas por Lei, por forma a garantir que os imóveis que constituem o património edificado da Baixa de Maputo não se deteriorem, enquanto não são encontradas medidas definitivas para a sua conservação sustentável e uso compatível.

O edifício dos Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) é um exemplo emblemático e determinante na história da Baixa de Maputo sob o ponto de vista arquitectónico, assim como artístico e histórico.

Os resultados do inquérito efectuados na Baixa de Maputo, mostram a importância do envolvimento da comunidade no processo da sua preservação e valorização.

Palavras-chave: Baixa de Maputo, CFM, Património Edificado, Preservação e Valorização

DECLARAÇÃO

“Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de nenhum grau académico. A mesma é fruto da minha pesquisa individual, estando no texto indicada a bibliografia por mim utilizada”.

(Arcénio Mário Pedro Chilengue)

Maputo, 2015

Dedicatória:

Dedico esta dissertação em primeiro lugar, ao meu falecido avô Francisco Chilengue (em sua memória) pelos ensinamentos que durante a minha infância me foi passando. Estendo a minha dedicatória aos meus pais, Pedro e Albertina por me apoiarem desde o início dos meus estudos, quer seja que seja com meios materiais e moralmente.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por permite a realização deste trabalho, o meu extenso agradecimento vai para a supervisora, Prof^a. Doutora. Solange Macamo, pelo apoio durante a elaboração da dissertação, assim como a todo o corpo docente do DAA, que durante a minha formação proporcionou-me subsídios necessários para a minha inserção académica., nomeadamente: Dr. Hilario Madiquida, Dr. Ricardo Teixeira Duarte e sua esposa Yolanda Pinto, Prof. Doutor, Leonardo Adamowicz, Dra. Kátia Filipe, Dr. Décio Muianga, Dr. Albino Jopela, Dr. Omar Madime e Dr. Mussa Raja. Também agradeço aos docentes de outros departamentos: Dr. Paulo Covele, Dr. Serafim e Dr. Sérgio Maló, assim como a outros que, não fazendo parte da Faculdade, me deram o seu apoio: Dr. José Luís Monteiro.

Os meus agradecimentos vão ainda para todos colegas da turma de 2011, especialmente os amigos que estiveram comigo nos momentos difíceis, especialmente: dr. Michael José Muchanga, Remígio António Campos, dr. Edson Guambe, Orlando Gulube, dr. João Campos Mucasse, Adriano Mazembe Albino, Vasconcelos Mhula, Jamal Anli, dr. Abudo Faqira, Alexandre Maleiane, dra. Yara da Cruz, Moisés Malate, Crimildo Chambe, Jaime Cuche, e Celso Nhambi, dr. Chafim Braga e Mariano Saraiva. Ao meu grande amigo, Isaías Nhaca, o meu muito obrigado, pelo apoio que me prestou, dispensando o seu tempo, sempre que eu precisava.

Aos funcionários da DNPC, Arquitecto Angelo Happy, Dr. Alexandre António e Dr., Estevão Mucavel.

À minha companheira, Percina Manuel Chobela, por me apoiar, durante a minha formação, nos momentos mais difíceis, o meu especial obrigado. Aos meus irmãos, Dário, Dito Mércia e Nuno, aos meus sobrinhos, Avozinho, Acinha e Viviane e à minha cunhada, Melita, aos meus padrinhos e à família toda, no geral.

Quero também agradecer aos meus amigos da infância, irmãos da igreja e do Bairro, Abílio, Altino, Francisco, Elcídio Elias, Ernesto, Morais, Fernando, Adelino, Zekito, Mateus, Estevão, Tomás, Sérgio, Nandinho, Sílvio, Zebito, entre outros, cuja lista é extensa, não estando todos mencionados, as minhas sinceras desculpas.

SIGLAS

A.W.H.F- Fundo Mundial para o Património Africano

CFLM – Caminhos de Ferro de Lourenço Marques

CFM – Caminhos de Ferro de Moçambique

C.H.D.A- Centro para o Desenvolvimento do Património Africano

CMCM – Conselho Municipal da Cidade de Maputo

CEDH-FAPF – Centro de Estudos de Desenvolvimento do Habitat (CEDH), da Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico

EMTPM – Empresa Municipal de Transportes Públicos de Maputo

DAA – Departamento de Arqueologia e Antropologia

DNPC – Direcção Nacional de Património Cultural

I.C.O.M.O.S – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

I.C.C.R.O.M – Centro Internacional de Estudos para a Restauração do Património Cultural

MC – Ministério da Cultura

PE – Património Edificado

PCI – Património Cultural Imóvel

SPSS – “Statistical Package for Social Sciences”

U.N.E.S.C.O – Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura

Lista de Figuras

Figura 1: Mapa de identificação da área protegida da Baixa de Maputo.....	18
Figura 2. Organigrama da DNPC.....	23
Figura 3: Fachada do Edifício Central dos CFM.....	29
Figura 4: Primeira estação dos CFM de Madeira e Zinco, substituída pelo imponente Edifício.....	29
Figura 5: Fase final de construção dos CFLM.....	31
Figura 6: Placa de identificação do património cultural imóvel.....	35
Figura.7. Representação esquemática do processo de envolvimento dos intervenientes na preservação e valorização do património edificado	50

Lista de Tabelas

Tabela 1: Quadro demonstrativo dos problemas que afectam o património edificado.....	26
Tabela 2: Preservação dos valores patrimoniais.....	43
Tabela 3: Estado de conservação dos edifícios.....	44
Tabela 4: Valorização do património cultural.....	45
Tabela 5: Protecção do património edificado.....	46
Tabela 6: O património, como identidade dos Moçambicanos.....	47
Tabela. 7: Esquema de operacionalização das medidas técnico-normativas	49

SUMÁRIO

Resumo.....	I
Declaração.....	II
Dedicatória.....	III
Agradecimentos.....	IV
Siglas.....	V
Listas de Figuras e tabelas.....	VI
CAPÍTULO 1.....	12
INTRODUÇÃO.....	12
1.2. Formulação do problema.....	14
1.3. Objectivos:.....	14
1.3.1. Geral:.....	14
1.3.2. Específicos:.....	14
1.4. Relevância do tema:.....	15
1.5. Hipóteses:.....	15
1.6. Metodologia de pesquisa.....	16
1.6.1. Pesquisa bibliográfica.....	16
1.6.2. Observação directa.....	16
1.6.3. Fotografia.....	16
1.6.4. Entrevistas.....	17
1.7. Quadro conceptual.....	17
1.8. Revisão da Literatura.....	19
CAPÍTULO 2.....	22
IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	22
2.1. Descrição e delimitação da zona protegida da Baixa de Maputo.....	22
2.2. O contexto histórico da Baixa da Cidade de Maputo.....	24

CAPÍTULO 3.....	26
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO NA BAIXA DE MAPUTO	26
3.1. A preservação e conservação do Património Edificado	26
3.2. Níveis de intervenção aplicados ao património edificado:	27
3.3. Quadro institucional e legal para a preservação e valorização do património edificado nacional.....	28
3.4. Factores que afectam o património edificado.	31
PROCEDIMENTOS TÉCNICO-NORMATIVOS	32
4.1 Inventariação ou documentação do património edificado.	32
4.2. Classificação do património edificado.....	33
4.3. Tombo do património cultural	34
4.4. Uso de placas de identificação do Património Edificado.....	34
4.5. Divulgação do património edificado.....	36
4.6. A divulgação dos princípios e normas de conservação do património edificado	36
4.7. Educação patrimonial.....	37
4.8. Uso compatível dos edifícios do património edificado.....	38
4.9. O papel do turismo cultural na preservação do património edificado.....	39
CAPÍTULO 5.....	39
OS CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE (CFM) NO CONTEXTO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO	39
5.1. Enquadramento Histórico	40
5.2. O edifício da Estação Central dos Caminhos de Ferro de Moçambique, como bem do património cultural	40
5.3. Significado Cultural do edifício.....	42
5.4. Os valores patrimoniais que integram o edifício dos CFM e critérios classificatórios	43
5.4.1. Valores patrimoniais	43
CAPÍTULO 6.....	46
ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DO PATRIMÓNIO EDIFICADO ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL.....	46
6.1. Importância da valorização do Património Edificado	46
6.2. A pertinência política na preservação e valorização do Património Edificado	47
6.4. Resultados do Inquérito sobre a preservação e valorização do Património Edificado na Baixa da Cidade de Maputo:	48
6.4.1. A preservação dos valores patrimoniais.....	48
6.4. 2. O estado de conservação dos edifícios do património edificado	49

6.4. 3. Valorização do Património Edificado	50
6.4.4. Protecção do património edificado	51
6.4.5. O património como forma de identidade dos moçambicanos	53
BIBLIOGRAFIA	57
Anexo.....	61

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

“Nós não herdámos a Terra dos nossos antepassados, nós tomámo-la de empréstimo às gerações futuras”

Antoine Saint-Éxupery

1.1. Generalidades

O Património Cultural Imóvel em Moçambique constitui uma das formas de identidade nacional dos Moçambicanos. Este pode ser encontrado um pouco por todo o país, estando o mais antigo nas zonas rurais, onde existe desde o período pré-colonial e ainda se mantém (designadamente os *Madzimbabwe* e as edificações Swahili). Temos também o património de influência portuguesa, que é bastante significativo, tanto nas zonas rurais como urbanas, remontando desde o século XVI. Este património refere-se concretamente aos edifícios históricos com a designação genérica de Património Edificado. Outras designações incluem Monumentos, Imóveis ou Bens Culturais Imóveis. No entanto, neste trabalho irei usar o termo Património Edificado, por ser o mais conhecido a nível do Governo, pelo sector que superintende a área da Cultura. Hoje representado pelo Ministério da Cultura e Turismo. A preservação e conservação deste património necessita de uma atenção de todos, dado que se encontra em avançado estado de degradação.

Nos dias que correm, registam-se grandes alterações urbanísticas de edifícios históricos que constituem o património edificado da Baixa da cidade de Maputo. Nesta zona concentram-se numerosos edifícios de valor arquitectónico para o estudo e compreensão da história e evolução da própria cidade. A Baixa da Cidade de Maputo, por apresentar um vasto leque do património

edificado é tida como guardiã da memória dos moçambicanos. Nesse sentido, há desafios relacionados com a apropriação urbana do património pela sociedade no geral, os seus depositários, de forma também a ajudar na sua protecção. É importante que a população urbana de Maputo veja o património como parte da sua memória colectiva (Lage, comunicação pessoal, 2012).

Apesar de vários esforços levados a cabo, pelas entidades governamentais, visando a conservação do património edificado, os bens imóveis constituem ainda, na sua maioria, parte vulnerável do nosso património cultural. Os problemas que estes bens enfrentam são de origem natural, mas também humana, como os relacionados com o uso inadequado do património, devido à negligência, ignorância, ou indiferença por parte de algumas pessoas na sociedade (Nguirazi 2014:51; Macamo & Adamowicz 2015).

Através do estudo da Baixa de Maputo, pretendo contribuir no sentido de melhorar o estado actual de conservação dos edifícios do património edificado, neles contidos, mostrando as estratégias possíveis, visando a sua preservação e valorização, como património cultural.

No entanto, é de reconhecer que existem instrumentos legais que definem a preservação e valorização de bens imóveis do património cultural de Moçambique, de forma a garantir a sua fruição pública. Esta legislação engloba os seguintes dispositivos:

- Lei . n.º. 10/88 de 22 de Dezembro, que determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do Património Cultural,
- *Resolução n.º. 11/2010 de 2 de Junho, sobre a Política de Museus*
- *Resolução n.º. 12/2010, de 2 de Junho, sobre a Política de Monumentos*
-
- *Decreto n.º. 71/2009 de 15 de Dezembro, sobre o Regulamento do Regime Jurídico Relativo à Protecção, Preservação e Valorização do Património da Luta de Libertação Nacional*

1.2. Formulação do problema

Embora haja uma legislação que protege o património complementada por um grande esforço por parte das autoridades competentes, com vista à sua aplicação, alguns dos edifícios que constituem o património edificado são ainda negligenciados, por parte da sociedade, encontrando-se num total estado de abandono. Há, por isso, a necessidade em preservar, conservar e valorizar este património.

O património edificado da Baixa de Maputo representa uma das provas sobre a história do surgimento da cidade moderna de Maputo. A própria Baixa de Maputo constitui o lugar central, havendo ainda outras centralidades (Macamo comunicação pessoal, 2013) e zonas periféricas (Mafalala, Chipamanine):

Problema Número. 1

- Até que ponto a protecção e a conservação do património edificado da Baixa de Maputo constitui uma prioridade?

Problema Número. 2

- Que estratégias devem ser estabelecidas para a preservação e valorização destes edifícios com valor histórico arquitectónico e científico para a compreensão do surgimento da cidade moderna de Maputo?

1.3. Objectivos:

1.3.1. Geral:

- Analisar as formas de preservação e valorização do património edificado.

1.3.2. Específicos:

- Identificar o património edificado emblemático da Baixa de Maputo;
- Conhecer a história do surgimento da Baixa da cidade de Maputo;
- Conhecer as formas de preservação e valorização do património edificado;
- Mostrar as possíveis estratégias para a preservação e valorização do património edificado.

1.4. Relevância do tema:

Com esta dissertação pretendo dar o meu contributo para o melhoramento das formas de preservação e valorização deste vasto património edificado que se encontra na Baixa da Cidade de Maputo. Nesse sentido, torna-se necessário que a sociedade compreenda que o património edificado constitui a passagem de testemunho da nossa história e que, o mesmo deve ser preservado, de modo a garantir que as gerações presentes e futuras possam perceber como é que a cidade se desenvolveu até aos nossos dias. Esta pretensão pode ser alcançada através da arqueologia, que pode ser vista não só, como ciência que contribui para a reconstituição do passado mas também para a preservação e conservação das evidências materiais do passado, para a compreensão da história contemporânea. A reconstituição das paisagens sócio ecológicas, que já é prática em Moçambique, no Parque do Limpopo, conduzida pela arqueóloga Anneli Ekblom da Universidade de Uppsala (Suécia) é exemplo da contribuição que a arqueologia pode dar a este respeito (Ekblom & Gillson 2010a;2010b;2010c; Ekblom *et al* 2011).

1.5. Hipóteses:

A- Uma das medidas para a preservação e valorização do património edificado é a educação patrimonial visto que é uma das formas de inculcar nas pessoas a importância da sua preservação e valorização. Os edifícios que este património encerra constituem uma fonte de aprendizagem, sendo, por isso, necessário salvaguardar o legado histórico e cultural da Baixa da cidade de Maputo.

B- O património edificado serve de testemunho para a transmissão de valores e carrega consigo um significado cultural que merece ser preservado e valorizado de modo a ser difundido para o conhecimento da presente e futura geração. Nesse sentido, a participação da comunidade na valorização da Baixa da cidade de Maputo é de extrema importância para a conservação sustentável do seu património edificado.

De referir que o legado da Baixa da cidade de Maputo é partilhado por todos nós. A responsabilidade da sua preservação e valorização deve ser feita por toda sociedade.

1.6. Metodologia de pesquisa

A metodologia usada para realizar a presente pesquisa consistiu na revisão bibliográfica, análise de documentos sobre o historial da cidade, avaliação das condições físicas dos bens imóveis do património cultural desta zona da Baixa de Maputo (pareceres e outros documentos oficiais do sector que superintende a área da cultura, com destaque para a Direcção Nacional do Património Cultural (DNPC), entrevistas semiestruturadas na base de um inquérito, consulta de fotografias, plantas ou mapas cartográficos da cidade. Os dados estatísticos foram usados para a análise quantitativa e qualitativa através do software SPSS. A análise do conteúdo que é feita permite a descrição sistemática objectiva e quantitativa do conteúdo da comunicação (Marconi & Lakatos 2003: 222).

1.6.1. Pesquisa bibliográfica

A partir da pesquisa bibliográfica efectuada, extraí diferentes abordagens sobre o tema deste trabalho, consultando obras de vários autores, para além da legislação sobre património cultural em vigor no nosso país. Alguns dos assuntos pertinentes abordados na pesquisa bibliográfica enquadram-se no nível teórico-prático, sobretudo, no que se refere a questões ligadas ao património edificado. Com base nas abordagens de diferentes autores, elaborei a descrição teórica sobre o tema o qual foi usado como suporte para as análises subsequentes.

1.6.2. Observação directa

A observação é uma técnica básica da investigação científica utilizada na pesquisa do campo. É uma técnica de colecta de dados para conseguir informações utilizando várias percepções para a obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar os factos e fenómenos que se desejam estudar.

1.6.3. Fotografia

A fotografia permite uma representação dos fenómenos observáveis, para além de ilustrar o ambiente e os sujeitos envolvidos na pesquisa de campo, tendo em consideração a potência fotográfica para a reflexão e também como instrumento fundamental nas investigações (Maurense e Tittoni 2007: 34).

1.6.4. Entrevistas

Segundo Marconi e Lakatos (2010:278), a entrevista consiste numa conversa oral entre duas pessoas, das quais uma delas é o entrevistador e a outra o entrevistando. O papel de ambos pode variar com o tipo de entrevista, todavia, todas elas têm um objectivo comum, ou seja, a obtenção de informações importantes e compreender as perspectivas e experiências das pessoas entrevistadas.

1.7. Quadro conceptual

1.7.1. Conceitos chaves

Conjunto - entende-se como, “os grupos de edifícios que, devido à sua arquitectura, a sua homogeneidade ou a sua inserção na paisagem tenham importância sob o ponto de vista histórico, artístico, científico”. São considerados conjuntos, de acordo com a Lei 10/88 de 22 de Dezembro sob a protecção do Património Cultural, (...) “as cidades antigas, zonas antigas das principais cidades, núcleos urbanos antigos” (Decreto nº 12/2010 Política de Monumentos).

Património Edificado

“São todos os edifícios que constituem um testemunho de épocas passadas, sendo identificados por documentação literária ou pela construção em si, através da sua tipologia, técnica de construção ou de outra forma” (Fernandes 2008). O Património Edificado inclui não somente edifícios urbanos, mas também outras obras construídas, tais como construções arqueológicas (como as construções do tipo Zimbabwe e Swahili), fortins, poços, túmulos, pavimentos etc (Jopela 2014:18).

Valor- O conceito de valor é relativo e complexo pois ele envolve as qualidades associadas aos atributos dos objectos e da natureza. Por sua vez, os valores de natureza são existenciais e os culturais subjectivos. Os atributos e os objectos podem ter valores, a natureza e os seus elementos têm valor e todo o valor é imaterial, pois pode ser histórico, artístico e de outro tipo. Por isso, o valor é um produto da nossa percepção (Macamo citando, Zancheti 2009).

1.7.2. Conceitos operacionais

Conservação

De acordo com a Política de Monumentos, “a conservação visa manter ou recuperar as condições originais de um imóvel, garantindo a integridade dos objectos ou estruturas que dele fazem parte” (Resolução nº 12/2010: 07).

Gestão é entendida como sendo “todo o processo que visa não só cuidar do local (monumento, estação arqueológica, local histórico, paisagem e a sua área circundante), incluindo os bens culturais tangíveis e intangíveis associados, com vista a reter e manter o seu significado cultural, ou seja, todos os valores que são atribuídos ao património pelos grupos de interessados ou afectados” (Ndoro 2001, citado por Jopela 2012:08).

A **gestão do património cultural** numa abordagem mais ampla, é “a conservação planeada dos recursos patrimoniais existentes identificados e avaliados de modo a prevenir a exploração, decadência ou destruição, devido à negligência, ignorância ou indiferença por parte dos outros sectores do público (Jopela 2012: 07, citando Ndoro 2001).

Preservação

Preservar significa” manter o imóvel na condição em que se encontra, tentando ao mesmo tempo, travar ou atrasar a sua deterioração” (Pedrosa 2011). Na prática isto significa que os danos e a deterioração (como os causados pela água, químicos, insectos e plantas) devem ser retardados e revertidos quando diagnosticados (Agnew 1997). A preservação visa ainda garantir a manutenção (protecção contínua que não deve envolver a alteração física) da estrutura original do bem cultural imóvel e a tomada de todas as medidas cautelares possíveis para retardar a sua deterioração ou alteração (Jopela 2014:07).

Valorização

Consiste na sistematização de dados e informações relativas ao património cultural em foco, principalmente, as relacionadas com o conjunto dos bens materiais (móveis e imóveis) e imateriais (saberes, celebrações, formas de expressão e lugares) que permitam, avaliar a

formação histórica, a situação actual, o significado e estado da estrutura física e funcional de todos esses bens; além de identificar as restrições e os limites futuros. Ao longo do processo de planeamento, essas informações devem ser organizadas, ajustadas e complementadas, a partir das exigências surgidas das demais fases por outros dados e outras informações (Lacerda et al 2012:95).

1.8. Revisão da Literatura

Dos vários pontos de vista em relação à temática sobre a preservação e valorização do património edificado trago aqui as discussões entre diferentes autores e abordagens desde a legislação nacional e internacional. A lei 10/88 de 22 de Dezembro preconiza que todos os prédios ou edifícios erguidos em data anterior ao ano de 1920, são imediatamente classificados daí a necessidade de proteger e conservar este património devido ao seu valor histórico, por ser um conjunto de edifícios que, pela sua arquitectura e homogeneidade tem muita importância histórica artística e científica (Lei nº 10/88, 1988).

De acordo com Mucavele (2012:22), o património histórico-cultural edificado preserva-se ou mantém-se. Porém, conservar envolve um conjunto de actividades de salvaguarda e de segurança tendo em vista retardar a degradação dos bens do património cultural.

Para Ndoro (2001:02), a preservação do património tangível e intangível, com destaque para a paisagem evolvente de uma estação arqueológica, de acordo com todos os grupos envolvidos, deve garantir a manutenção do seu significado cultural, em benefício das gerações presentes e futuras. De acordo com o mesmo autor, a gestão envolve três conceitos principais:” memória individual e colectiva; acção cultural e património cultural.” A gestão do património cultural refere-se ao cuidado e o desenvolvimento contínuo de um lugar de tal forma que o seu significado possa ser retido, revelado e o seu futuro garantido” (Ndoro 2001:05).

Ndoro (2001) argumenta ainda que em quase todo mundo, diferentes comunidades deixaram vestígios das suas actividades passadas. Esses traços apresentam-se de diversas formas, às vezes em estruturas consideráveis como monumentos (exemplo o Grande Zimbabwe), e alguns desses

traços do desenvolvimento humano e conquista sobrevivem até os nossos dias, quer como ruínas ou estruturas arquitectónicas ou mesmo como assentamentos urbanos históricos. Muitos dos países da África Austral acreditavam que o regime colonial havia interrompido a sua continuidade cultural, então eles estavam entusiasmados em pesquisar e conservar o seu passado. Por isso a pesquisa arqueológica é também uma ferramenta que complementa a conservação do património cultural.

Ainda Ndoro (2001) sustenta que após a Independência, muitos países da África Austral perceberam que os valores do passado são essenciais para a construção da nação, daí a necessidade da restauração dos seus vestígios materiais.

Segundo (CEDH-FAPF 2008: 90), no continente africano, o sistema formal de gestão foi introduzido com a colonização e legitimado pelas instituições do Estado através da adopção de instrumentos legais e de normas aplicadas ao património cultural. Este sistema tornou-se hegemónico no concernente à gestão da herança cultural das comunidades. Por exemplo, o conjunto edificado da Ilha do Ibo foi alvo de medidas com vista à sua protecção, durante o período colonial, que foram validados por normas de preservação de edifícios com valor histórico, cultural e arquitectónico.

De um modo geral, o património cultural imóvel está constantemente a deteriorar-se como resultado das mudanças físicas biológicas e químicas que ocorrem ao longo do tempo (deterioração natural). No entanto, se a deterioração dos bens culturais imóveis é um fenómeno natural, a velocidade com que a mesma ocorre deve-se em grande parte às acções humanas. A deterioração artificial resulta das diversas acções levadas a cabo pelo homem e que afectam negativamente o património cultural (Mazel 1982; Jopela 2007 citados por Jopela 2012:12).

De acordo com a Lei 10/88 de 22 de Dezembro capítulo II artigo 3 "O Património Cultural é todo o conjunto de bens materiais e imateriais criados ou integrados pelo Povo moçambicano ao longo da história, com relevância para a definição da identidade cultural moçambicana. O património cultural é constituído por bens culturais imateriais e materiais" (Lei nº 10/88 1988:11). A U.N.E.S.C.O define património cultural como sendo o nosso legado do passado, algo com que vivemos no presente e passamos para as gerações futuras. No entanto, o património não é apenas o legado do passado é também algo criado no presente e constantemente

moldado para satisfazer as necessidades das sociedades contemporâneas (Graham & Howard 2008).

Segundo (Jorge 2000, citado por Fernandes 2008: 98) o património, enquanto elemento simbólico, potencia a integração social, pois permite a construção de um consenso em torno do valor cultural e contribui para a reprodução da ordem social. Mais do que herança, o património é uma peça importante da contemporaneidade, uma vez que pode ser utilizado num projecto destinado à posterioridade e permite a sua fruição por parte de todos.

De acordo com a Carta do ICOMOS (1998), a conservação é um acto que assegura a sobrevivência ou a preservação para o futuro dos edifícios. Exemplo: artefactos culturais, recursos naturais, energia ou qualquer outra coisa de valor reconhecido. Ela abraça todos os actos que se destinam a prolongar a vida de qualquer objecto ou estrutura. Esta acção pode incluir restauração e reconstrução como aspectos da conservação dos traços originais do edifício. A conservação significa também interromper ou retardar o processo de decadência do imóvel (Nguirazi 2008:23). Nguirazi (2012: 52) também afirma que alguns dos problemas que afectam o património edificado são agravados pelo corrente abandono ou desuso dos edifícios. Tal acto acontece, em muitos casos, devido à incapacidade de se atribuir uma função para o contínuo uso do edifício, ou pelo contínuo e acelerado estado de degradação em que o mesmo se apresenta. O prédio Pott, na Baixa de Maputo, representa a combinação de alguns dos problemas que afectam o património edificado. Esses factores são de origem natural, incluindo as condições climáticas (chuva e humidade) e constituem um dos principais responsáveis pela deterioração de edifícios de alvenaria facilitando o crescimento de microrganismo, musgos e vegetação intrusa, assim também carregam sais solúveis que resultam em fenómenos de corrosão.

De acordo com a Carta de Burra (1999:02), a manutenção é definida como sendo, “os cuidados contínuos para a protecção de bens culturais por meio de atitudes que minimizem os danos e que evitem a perda de conteúdo da informação”. Neste caso, o principal objectivo deve ser o de prolongar a existência dos bens culturais. Galdino (2007:60) vê o termo manutenção como sendo as intervenções de pequenos portes ou dimensões e voltadas para a correcção de pequenos danos, eliminação de interferências e controle da deterioração do imóvel. A proposta do Regulamento de Protecção dos Bens Culturais Imóveis, define a manutenção como sendo um conjunto de

acções que visam a protecção contínua do imóvel, do seu conteúdo e contexto (Ministério da Cultura 2011:11).

Após a leitura das diferentes obras, no âmbito da definição deste conceito, no contexto do património cultural pode perceber-se que, a abordagem é similar, mas no meu ponto de vista, manutenção significa as medidas com vista a retardar a destruição de um bem cultural, não devendo ser alterada a estrutura original do imóvel.

CAPÍTULO 2

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

No capítulo que se segue irei situar geograficamente a zona que compreende a área protegida da Baixa da Cidade de Maputo, onde mostrarei onde se localizam os principais edifícios do seu património edificado.

2.1. Descrição e delimitação da zona protegida da Baixa de Maputo

A zona da Baixa da Cidade de Maputo localiza-se a Sul de Moçambique, concretamente na província de Maputo, no Distrito Municipal KaMpfumo (antigo Distrito Municipal no 1). De acordo com a documentação da DNPC, a área compreende:

- “A nordeste, a Av. Ho Chi Min entre as avenidas Vladimir Lenine e Karl Marx, e a noroeste passa pelo eixo da Av. Karl Marx, entre as avenidas Ho Chi Min e Zedequias Manganhelas, entre as avenidas Karl Marx e da Guerra Popular que vai até a Praça dos Trabalhadores e a Av. Zedequias Manganhelas, e o topo da Praça dos Trabalhadores, incluindo o edifício da Estação Central do CFM;
- A sudoeste vai pela margem da Rua Mártires de Inhaminga, desde a Praça dos Trabalhadores até a Praça 25 de Junho, envolvendo a Doca da Capitania, a margem

da antiga Rua António José Almeida, (desde a Praça 25 de Junho até a Rua da Imprensa); e

- A sudeste vai desde o eixo da Rua da Imprensa (entre a Rua António José de Almeida e a Av. 25 de Setembro) e pelo eixo da Av. Vladimir Lenine que se prolonga até a Rua da Imprensa entre as Avenidas 25 de Setembro e Ho Chi Min “(MC/DNPC2013: 05).

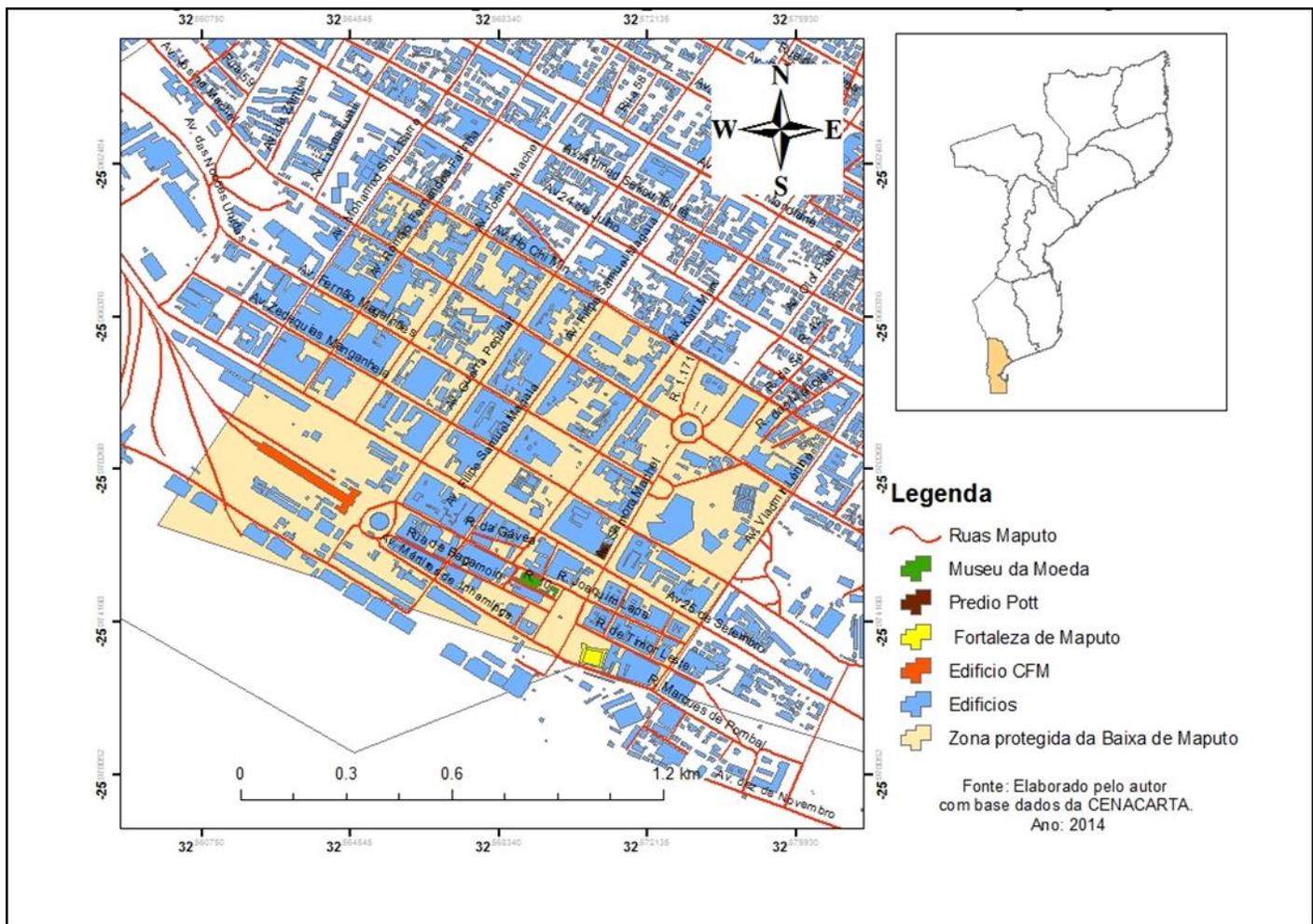


Figura 1. Mapa de identificação da área protegida da Baixa de Maputo (Elaborado por Arcénio Chilengue e Isaías Nhaca).

2.2. O contexto histórico da Baixa da Cidade de Maputo.

(...) “A cidade de Maputo (ex Lourenço Marques) é de formação e desenvolvimento muito recentes. Maputo apresenta hoje poucos vestígios e valores do passado, existindo assim que da sua história urbana se preserve e sejam evidenciados todos os elementos que representam um testemunho significativo e que constituem, sem dúvida, um património colectivo de inestimável valor. Maputo conta com uma posição geográfica e topográfica de privilégio, permitindo um assentamento progressivo de uma malha urbana claramente definida e ordenada e integrada na morfologia da cidade. A malha urbana da cidade consolidada, delimitada pela circunvalação linha de limite da cidade, está orientada a norte/sul e este/oeste. Isso permite a inserção tipológica dos quarteirões numa malha regular com as artérias longitudinais e transversais, onde o edificado se implanta no meio do verde arborizado, ao longo de 60 km de vias de circulação ” (Lage 2002:07).

“ É todo este conjunto urbano, edificado no seu contexto geográfico, a partir do início do século XX, que confere à cidade de Maputo o carácter particular na história do urbanismo e da edificação moderna. Do edificado, como conjunto mais significativo, destaca-se o da Baixa, rica ainda de carácter e de tipicíssimo de implantação e edificação inicial de formação desta recente cidade. A região onde se implantou a cidade de Lourenço Marques, isto é a actual Baixa, era pantanosa, de águas salobras e salgadas” (Lage 2002). Inclusivamente, o jardim Tunduro, ao pé da Casa de Ferro (Jopela 2014: 35-6), terá tido uma fácil implantação devido à abundância de água nesta região.

, (...) “Até 1887 poder-se-ia dizer que a cidade estava confinada a uma ilhota de areia, cercada de pântanos doces e salgadiços de oeste e da enseada da Maxaquene. É em 1544 que o português Lourenço Marques, em expedições comerciais, explora algumas terras vizinhas à baía de Maputo onde se tinha revelado a possibilidade de efectuar negócios com os povos instalados nos estuários a sul do rio, tendo na época El-Rei D. João III mandado construir uma fortaleza-feitoria na baía” (Lage 2002:08).

Inicialmente, os edifícios da Baixa de Maputo eram de construção precária, executados em madeira (troncos) e caniço, de forma circular, com a parte frontal virada para o mar. Contudo, com a chegada dos primeiros artesãos, surgem as edificações em pedra e cal dando-se origem às primeiras casas de alvenaria de tipo europeu, rústicas portuguesas, de recursos rudimentares. Em 1828 a povoação contava apenas com a casa de feitoria e uma de madeira, crescendo o seu número, em 1870 para 70 casas de alvenaria, 40 de pau a pique e poucas de madeira (Lage 2002/5:08).

“Só mais tarde é que o nome Lourenço Marques passa a designar-se Maputo por decisão de Samora Machel, Presidente da República, a 3 de Fevereiro de 1976, do nome do rio e da antiga chefatura das terras Tembe, na margem sul da baía. Quase cem anos após que o primeiro estabelecimento português da baía se tornou cidade, morre Lourenço Marques e nasce a cidade de Maputo, nas históricas terras de Mpfumo (Corvaja 2003:58).

A Baixa de Maputo tem um significado cultural nacional que ultrapassa a simples soma de actividades práticas que ali se desenrolam quotidianamente. É um local representativo, polarizador, e que se pretende vive funcional e agradável.

Em termos patrimoniais, a Baixa de Maputo é definida como Conjunto Urbanístico, por agregar bens do património edificado, embora com poucos modelos de homogeneidade histórico-arquitectónica. Esta situação deve-se a dificuldades da manutenção e sobretudo as relacionadas com a sua gestão permanente. No entanto, há um esforço assinalável que tem sido feito pelo sector que superintende a área da Cultura, através da DNPC, no sentido de acautelar para que as intervenções a ser efectuadas nos bens protegidos por Lei devam merecer um parecer emitido por este (Macamo 2010:07).

CAPÍTULO 3

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO NA BAIXA DE MAPUTO

Neste capítulo irei abordar a preservação e conservação do Património Edificado da Baixa da Cidade de Maputo, onde irei discutir estes conceitos, no contexto actual e a nível institucional do Estado.

3.1. A preservação e conservação do Património Edificado

O património é um recurso não renovável e o seu uso ou desuso e mau uso causa mudanças físicas ou perda deste mesmo bem. E essa mudança pode produzir perda da integridade e de significância cultural. O património cultural é preservado não pelos valores, funções ou significados atribuídos no passado, mas sim pelo simbolismo que representa no presente e que representará para as futuras gerações” (Fernandes 2008: 17).

“ Não existe nenhum método universal para a conservação e restauro do património cultural imóvel (monumentos, conjunto e sitio).Cada categoria do património imóvel tem os seus problemas humanos, geológicos e ambientais que mudam com o tempo. Existem princípios gerais de conservação e restauro que podem ser aplicados aos bens imóveis do património cultural, em Moçambique, apesar dos constrangimentos e desafios que se colocam na sua preservação “(Macamo 2014:23).

Para promover o património cultural, é fundamental estabelecer os valores que o mesmo encerra, também as estratégias de protecção e conservação podem mudar de acordo com o contexto e os valores associados ao bem patrimonial (Fonseca & Dória 2007-2008:03). Tomemos como exemplo os CFM. Este imóvel possui os seguintes valores: social, histórico, económico, arquitectónico e artístico, em que os mesmos valores não são estáticos. As entrevistas feitas no local de pesquisa mostram que o público, por vezes, não tem a noção do valor patrimonial de um determinado imóvel mas, algumas pessoas têm sensibilidade em relação ao património, embora o sentido e compreensão sobre o mesmo não seja total. Por exemplo, no monumento da I Guerra

Mundial, associado aos CFM, os vendedores informais e lavadores de carros que ali se encontram mostraram não ter em conta o valor patrimonial daquele imóvel.

A preservação do património edificado tem, entre as suas funções, o papel de realizar “a continuidade cultural” ser o elo entre o passado e o presente e permite-nos conhecer a tradição, a cultura e até mesmo quem somos e, de onde viemos. O património cultural edificado constitui uma importante prova básica da nossa identidade, daí a sua protecção e conservação adequada e medidas serem essenciais (Nguirazi 2008:21).

Neste âmbito, o público entrevistado, sobre a preservação e valorização do património edificado da Baixa de Maputo, uma boa parte deste mostrou-se preocupado com o estado actual de alguns edifícios. Este considera que grande parte do património está num total abandono e recomendam uma maior atenção por parte das autoridades competentes em relação aos mesmos. Mas também louvaram algumas iniciativas que o Estado através do sector que superintende a Cultura tem feito para preservar e conservar este património, tendo citado como exemplo a colocação de placas que identifica que um determinado edifício é um bem do património cultural protegido por lei. Esta atitude mostra haver uma valorização do património edificado por parte do sector do Governo.¹

A preservação pode ser vista, no outro contexto urbano, não somente do ponto de vista arquitectónico e histórico e científico, mas como uma das ferramentas para o desenvolvimento económico sustentável. As cidades capitais com um potencial patrimonial edificado notável como é o caso da Baixa de Maputo, onde existe um vasto leque de património edificado constituem um grande atractivo turístico cultural. A sua preservação é uma questão urgente pois este património uma vez perdido não pode ser recuperado. As instituições e a sociedade no geral devem participar neste acto de protecção e conservação do património edificado da Baixa de Maputo.

3.2. Níveis de intervenção aplicados ao património edificado:

De acordo com a política de Monumentos, os níveis de intervenção permitidos no património edificado são os seguintes:

- **“Preservação** – para manter o imóvel na condição em que se encontra, tentando ao mesmo tempo, travar ou retardar a sua deterioração;
- **Manutenção** – para a protecção contínua do imóvel, do seu conteúdo e contexto;
- **Conservação** – para manter ou recuperar as condições originais de um imóvel, garantindo a integridade dos objectos ou estruturas que dele fazem parte;
- **Reabilitação** – para modificar um imóvel de modo a corresponder à uma utilização compatível;
- **Restauro** – para reproduzir a condição de uma estrutura previamente conhecida do imóvel, adicionando materiais antigos ou novos;
- **Reconstrução** – para tornar o imóvel, tanto quanto possível, semelhante à aparência original conhecida, distinguindo a introdução no mesmo imóvel de materiais novos ou antigos;
- **Reparação** – para repor, quando necessário ou periodicamente, as condições de construção e de uso do imóvel de modo a garantir a integridade e durabilidade das operações de que foi alvo”. (Resolução nr. 12/2010).

3.3. Quadro institucional e legal para a preservação e valorização do património edificado nacional.

O sector Estatal que superintende a área do património edificado era até recentemente o Ministério da Cultura, hoje Ministério da Cultura e Turismo.

A DNPC é o órgão central do Ministério na Cultura e Turismo, à qual compete a coordenação e materialização das políticas dos monumentos e museus e que zela pelo cumprimento dos planos e programas do Governo na área de preservação e valorização do património cultural. Presentemente, ela funciona na Casa de Ferro, imóvel do património cultural edificado protegido por lei.

Esta direcção orienta-se em conformidade com as linhas constitucionais e leis específicas vigentes na República de Moçambique, bem como pela observância da Política Cultural de Moçambique e Estratégia da sua Implementação, tendo a Cultura como factor de identidade e de desenvolvimento sustentável (MC/DNPC 2013).

De acordo com o seu Regulamento Interno, a DNPC tem a seguinte estrutura orgânica:



Figura 2. Organograma da DNPC (Elaborado por Arcénio Chilengue, em 2015).

A DNPC tem a missão de coordenar a actividade ligadas à identificação, inventariação, registo, preservação e valorização dos bens culturais materiais do património cultural moçambicano, como componente da identidade nacional. São funções da Direcção Nacional do Património Cultural:

- “a). Dirigir, planificar, promover e coordenar a pesquisa, salvaguarda e valorização do património cultural;
- b). Propor o quadro legislativo para a protecção do património cultural, bem como as normas para o funcionamento dos serviços e instituições da área;
- c). Propor os regulamentos e outras normas de aplicação da Lei de Protecção do Património Cultural, incluindo a classificação dos bens do património cultural e a organização e actualização do seu inventário;
- d). Proceder ao licenciamento de actividades de pesquisa arqueológica e de intervenção em bens do Património Edificado;
- e). Coordenar a implementação da política museológica, criar um sistema de museus e alargar o número dos museus para todo país;
- f). Definir as normas de conservação e restauro de monumentos, regulamentar o processo de declaração de novos monumentos e manter actualizado o inventário de monumentos, conjuntos e sítios do património cultural;

- g). Propor modelos de gestão do património cultural imóvel e coordenar acções atinentes a criação de monumentos comemorativos ou memoriais que reflectam a nova realidade do país;
- h). Promover acções para o enriquecimento, valorização e conservação do fundo bibliográfico de Moçambique, incluindo a elaboração de normas que assegurem a realização do depósito legal;
- i). Incentivar a edição de obras referentes ao património cultural;
- j). Promover e incentivar a criação de arquivos especializados, na área do património cultural, de documentação escrita, sonora, visual e audiovisual, e regulamentar o seu funcionamento;
- k). Promover a educação dos cidadãos na protecção e valorização dos bens do património cultural e estimular a sua utilização para fins educativos e turísticos; e
- l). Promover o conhecimento e valorização do património cultural, enquanto elemento da identidade cultural moçambicana” (Ministério da Cultura, 2013).

De acordo com a Lei 10/88 de 22 de Dezembro, no seu capítulo III, artigo 4 é da responsabilidade Estatal:

- “ a) Incentivar a criação de instituições científicas e técnicas (museus, bibliotecas, arquivos, laboratórios e oficinas de conservação e restauro) necessárias à protecção e valorização do património cultural;
- b) Promover através dos órgãos locais a protecção, conservação, valorização e revitalização de bens classificados situados no seu âmbito territorial integrando as referidas medidas nos seus planos de actividades;
- c) Estimular a utilização dos meios do Sistema Nacional de Educação e órgãos de comunicação social para educar os cidadãos sobre a importância do património cultural e a necessidade da sua protecção;
- d) Promover a criação de associações de protecção e valorização do património cultural”.

É também responsabilidade dos **depositários** do património cultural (...) “velar pela sua protecção, conservação e correcta utilização deste mesmo património. Os depositários de bens classificados têm as seguintes responsabilidades.

- a) Comunicar a autoridade competente qualquer dano, roubo, deterioração ou outra alteração do estado de conservação do bem e responder a todos os pedidos de informação apresentados por aquela;

- b) Não efectuar qualquer mudança de local ou realizar trabalhos de escavação, construção, demolição ou qualquer modificação, sem autorização da autoridade competente,
- c) Não realizar qualquer trabalho de restauro e da conservação sem autorização da autoridade competente” (Lei 10/88 de 22 de Dezembro).

3.4. Factores que afectam o património edificado.

De entre os vários factores que afectam o património edificado destacando-se os de origem natural e humana, factores, esses, que contribuem para o acelerado estado da sua degradação. Trago no quadro abaixo alguns destes factores que afectam o património edificado.

<i>Causas naturais (Efeitos drásticos imediatos)</i>	<i>Causas Humanas (Efeitos lentos e cumulativos)</i>
<i>Terramotos, tremor de terra.</i>	<i>Guerras, fogos, obras públicas, garimpeiros.</i>
<i>Erupções vulcânicas, abalos sísmicos.</i>	<i>Comércio ilegal, tráfico ilícito ou roubo.</i>
<i>Ondas gigantes, furacão, cheias/inundações.</i>	<i>Desenvolvimento urbano e vandalismo etc.</i>
<i>Relâmpagos, granizo, tufão, entre outros.</i>	<i>Abandono, negligencia, ignorância.</i>
<i>Clima, humidade, erosão, poluição, luz, sais,</i>	<i>Falta de legislação adequada, falta de recursos</i>
<i>Solúveis, microrganismos, (bactérias), poeira.</i>	<i>(Humanos e financeiros) para a gestão e cuidados</i>
<i>Vegetação, animais (insectos, aves, roedores).</i>	<i>Adequados a se ter em conta e outros.</i>

Tabela 1. Quadro demonstrativo dos problemas que afectam o património edificado (adaptado de Jopela 2014, citando U.N.E.S.C.O-I.C.C.R.O.M-2006).

(...) De modo geral o património cultural está sempre a se deteriorar como resultado das mudanças físicas, biológicas e químicas que ocorrem ao longo do tempo. No entanto, se a deterioração dos bens culturais imóveis é um fenómeno natural, a velocidade com que a mesma ocorre deve-se, em grande medida, às acções do homem.

Por conseguinte, a forma pela qual um monumento se deteriora depende do material do qual o bem patrimonial é feito e também das condições naturais e humanas às quais o mesmo se encontra sujeito. Os elementos que ameaçam os bens do património cultural não têm o mesmo efeito. Alguns deles podem danificar o património imediatamente e de uma forma permanente, como é o caso dos terremotos, fogos ou conflito armado. Outros actuam lentamente e levam muito tempo antes que os danos se tornem realmente visíveis, como a corrosão, humidade, apenas citar os mais comuns” (Jopela 2014:14).

De entre os vários factores que afectam o património edificado, dos que a tabela acima mostra, saliento os de origem natural, em particular, dado que estes são os que mais atingem o edificado devido a questões como variações climáticas que alteram o estado dos edifícios, modificando a sua estrutura arquitectónica (nomeadamente a precipitação, humidade, vegetação e poluição).

CAPÍTULO 4

PROCEDIMENTOS TÉCNICO-NORMATIVOS

Para que o património edificado seja preservado e valorizado como documento (memória), é preciso que sejam tomados em conta certos procedimentos técnico-normativos. Estes procedimentos são uma combinação de leis e das medidas institucionais.

4.1 Inventariação ou documentação do património edificado.

De acordo com Macamo sobre as *Normas para a Conservação e Critérios de Classificação de Monumentos, Conjuntos e Sítios*, a inventariação “é o levantamento sistemático, actualizado e

tendencialmente exaustivo dos bens culturais imóveis existentes a nível nacional, com vista a respectiva identificação”. (Macamo 2003). A inventariação visa:

(,,,))

“ b)Identificar e inventariar de forma sistemática os bens culturais imóveis existentes no país;

c) Demonstrar a importância de conservação e classificação de monumentos, conjuntos e sítios, independentemente do seu tipo, de valor (local, provincial, nacional ou universal) ou período histórico que representam em Moçambique;

e) Valorizar as técnicas tradicionais e saber tradicionais e o saber popular na conservação de monumentos, conjuntos e sítios;

f) Estabelecer princípios e prioridades para actuação nas áreas de conservação, restauro, divulgação e turismo inerentes aos monumentos, conjuntos e sítios” (Macamo 2003:02-3).

Documentar significa, igualmente, juntar e integrar o maior número disponível de informação considerada pertinente para o património. Isto inclui informação escrita, fotográfica, oral etc. Nesse sentido, a documentação é um elemento chave para que o gestor do património cultural possa tomar decisões acertadas com vista a uma cada vez melhor conservação não só do património cultural imóvel, assim como da área circundante (contexto arqueológico ambiental), no geral (Programa África citado por Jopela 2014: 26).

4.2.Classificação do património edificado

O Estado promove a declaração e classificação de imóveis com vista a distingui-los e a reconhecer o seu valor arqueológico, histórico, sociocultural, artístico, estético ou natural e garantir a sua preservação e fruição pública, conferindo-lhe uma protecção legal e um estatuto privilegiado (Macamo 2003; Jopela 2012: 08).A classificação incide nos bens culturais imóveis que, pelo seu valor patrimonial mereçam especial manutenção, conservação e protecção. São de imediato classificados os bens culturais imóveis de acordo com o nr. 2 do artigo 7 da Lei de Protecção do Património Cultural.

A classificação de um bem imóvel visa distingui-lo pelo seu valor histórico, cultural ou estético, e garantir a sua conservação e fruição pela comunidade conferindo-lhe uma protecção legal e um estatuto privilegiado. Esta classificação é antecedida pelo processo de inventariação dos bens culturais imóveis.

4.3. Tombo do património cultural

De acordo com (IPHAN, 2005), o tombo de um bem do Património Cultural se refere ao conjunto de acções realizadas pelo poder público com o objectivo de preservar, através da aplicação da legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitectónico, ambiental e também de valor afectivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. A acção de tombamento é aplicada em bens culturais (preferencialmente materiais) que sejam de interesse para a preservação da memória colectiva (Cobra 2012:02). De acordo com a Lei 10/88 de 22 de Dezembro o Tombo do património cultural é o registo dos bens classificados do património cultural, no seu capítulo III artigo 4 cabe ao Estado.

4.4. Uso de placas de identificação do Património Edificado

De acordo com a *Proposta do Regulamento de Protecção dos Bens Culturais Imóveis II versão* as placas de identificação são marcas ou sinais em bronze pedra ou outro tipo de material aplicável, com escrita e ou sinal contendo indicações ou informação que interessam ao conhecimento publico de determinado monumento, conjunto ou sítio.

São usadas vários tipos de placas para a identificação do património cultural quer seja arqueológico ou edificado e estas são agrupadas de acordo com a função no local de existência. De acordo com a classificação do Departamento de Monumentos existe placa de sinalização, placa de didáctica e placa de protecção (Macamo 2005) citada por (Muocha 2005:31).

A placa de sinalização é de orientação rodoviária, esta é concebida em função das normas de sinalização rodoviária. A placa de sinalização tem no contexto do património arqueológico, a função de mostrar onde é que as estações arqueológicas estão localizadas. A placa de sinalização é o núcleo da identificação do património, a placa de sinalização no geral pode conter a informação sobre a localização do bem do património cultural (Muocha 2005:31-32).

Figura.6- Placa de identificação do imóvel do património cultural (Foto: Arcénio Chilengue).



A placa de protecção enuncia a classificação do local ou bem como património cultural moçambicano protegido por lei de Protecção Cultural 10/88 de 22 de Dezembro. A fixação desta placa, apenas em número único, visa o respeito e a protecção do local e tem de ser posta em local de boa visibilidade. O conteúdo desta placa deve ser acompanhado pelo emblema de Moçambique, representando a pertença moçambicana do bem imóvel do património cultural.

A placa descritiva contém informação concernente a data, as pessoas que descobriram o local do património cultural e as respectivas investigações efectuadas, a interpretação dos dados, bem como a integridade dos bens encontrados por exemplo numa escavação. As placas didácticas têm como conteúdo a apresentação e interpretação de pontos sobre a descoberta de vestígios importantes para a interpretação do passado histórico (Muocha 2005:33).

4.5. Divulgação do património edificado

No âmbito da *Política Cultural na sua Estratégia de Implementação* no seu ponto 8 defende a necessidade de haver uma articulação entre o sector público da cultura com o sector privado e a comunidade em coordenação com outros sectores.

De acordo com as Normas para a Conservação e Critérios de Classificação de Monumentos, Conjuntos e Sítios no Artigo 10 sobre a divulgação de monumentos, conjuntos e sítios pressupõe:

- a) Publicação no Boletim da República de monumentos, conjuntos e sítios;
- b) Coligimento de vestígios de construções antigas e de toda a legislação classificativa do património cultural moçambicano;
- d) Elaboração de cartazes e brochuras sobre monumentos e sítios;
- f) Inserção de programas de visitas regulares a monumentos, conjuntos e sítios nos currículos escolares, e nos programas radiofónicos e televisivos dirigidos em especial ao público infantil, tanto de jornais como de periódicos, de artigos educativos, por forma a permitir a criança compreender e respeitar os monumentos, conjuntos e sítios (Ministério da Cultura 2003:05).

Uma das formas de divulgação e difusão dos bens do património cultural é a produção e publicação de manuais, revistas e livros que abordem questões ligados ao património. Mas também, utilizando as tecnologias de comunicação e informação exemplo a televisão, a rádio e a internet.

4.6. A divulgação dos princípios e normas de conservação do património edificado

De acordo com a *Política Cultural de Moçambique e Estratégia de sua Implementação* define como uma das prioridades para o desenvolvimento cultural a preservação e divulgação do património cultural, pois este é símbolo da riqueza patrimonial e que contribuem na divulgação

da identificação da personalidade dos moçambicanos (*Resolução n.º 12/97 De 10 de Junho*). Daí ao Estado e à sociedade moçambicana, impõe-se o dever de promover e apoiar iniciativas que visem a preservação e valorização destes bens imóveis do património cultural.

O património cultural é hoje um importante nicho de negócios na área do marketing cultural, movimentando grandes volumes de investimentos e com grande presença na imprensa face a visibilidade social do património cultural. Este não se restringe apenas a imóveis oficiais isolados, como igrejas ou palácios, mas na sua concepção contemporânea se estende a imóveis particulares, conjuntos urbanos e até ambientais naturais de importância paisagística.

O património cultural diferentemente das outras modalidades da cultura, restritas apenas ao mercado cultural, apresenta interfaces significativas com outros importantes segmentos da economia como a construção civil e o turismo, ampliando exponencialmente o potencial de investimentos, de parcerias e de novos negócios (Fonseca & Dória 2007-2008:12).

4.7. Educação patrimonial

(...) A educação patrimonial é um dos processos que constitui uma componente importante no cumprimento da missão de preservar e valorizar os bens do património cultural. Para isso é necessário que haja sensibilização e consciencialização dos membros de uma determinada comunidade sobre matérias ligadas ao seu património cultural é uma ferramenta que garante a inclusão e identificação efectiva daqueles em relação aos seus bens culturais. Por sua vez, a educação patrimonial constitui, igualmente, um mecanismo eficaz de preservação, baseado no princípio de que apenas é possível cuidar ou preservar um bem patrimonial quando se conhece o seu valor e significado (Muocha 2014:60).

Dai ser importante haver uma articulação entre os próprios cidadãos em ouvir os seus desejos, as suas opiniões e as representações que eles tem do seu passado e da realidade que os rodeia, determinando até que ponto essa memória é importante para eles. Um dos grandes objectivos da educação patrimonial também é desenvolver uma acção participativa e conjunta dos vários actores na sociedade para que assumam o papel principal de preservar e valorizar este mesmo património.

A grande missão esta ferramenta é de combater a indiferença que existe na sociedade actual, em relação aos aspectos ligados ao património, esta ausência do envolvimento comunitário nesta acção de preservação e valorização do património muitas das vezes deve-se também ao desconhecimento ou seja ligação ou reconhecimento com o seu passado na medida em que a identificação com o passado permite dignificar e valorizar a cultura (Fernandes 2008:21).

Na África Austral, como em muitas outras partes do mundo, as principais questões que as estratégias de gestão do património cultural tem tentado abordar, durante as ultimas décadas, giram principalmente em torno da protecção dos sítios do património contra danos naturais e humanos. Também giram em torno da consciencialização pública (Educação Patrimonial) e da promoção do turismo cultural Mazel (1982), Macamo (1996), Deacon (1997) citados por Jopela (2011).

4.8. Uso compatível dos edifícios do património edificado.

A atribuição de uma função ao edifício (utilização publica), pressupõe, por exemplo, a criação de sanitários. O que constitui um dos maiores problemas a resolver no contexto das funções que se pretendem atribuir ao edifício é importante zelar pela iluminação artificial de todos os espaços, com luminárias adequadas aos novos e diversificados usos, culturais, pedagógicos e de lazer (Ngirazi 2014:52-3).

Uma das formas de valorizar o Património Edificado é atribuindo uma outra funcionalidade ao edifício assim evita-se que o mesmo seja totalmente abandonado ou destruído por falta de utilidade na sociedade.

Os edifícios do Património Cultural Edificado tem sido usados, como locais para a realização de eventos, recreação e entretenimento, tais como casamentos, festas, espectáculos, gravação de vídeo clipes e desfiles. Também estes servem de uma ferramenta muito importante para o marketing e publicidade para as empresas.

4.9. O papel do turismo cultural na preservação do património edificado

O turismo cultural é entendido como aquele que busca o conhecimento do património cultural e oferece oportunidades para a valorização e revitalização dos bens do património cultural, muitas vezes passados despercebidos, devido a dinâmica do quotidiano (Jamieson 2000, citado por Filipe (2006:67), Não prestamos a devida atenção e nem valorizamos os testemunhos materiais da nossa história, que podem ser edifícios, estátuas, murais, monumentos, entre outros. A necessidade de perceber um pouco mais sobre a história que estes bens imóveis transmitem, pode despertar a necessidade de uma maior valorização do nosso património e assim não esperamos que o turista seja quem vem de fora, mas sobretudo nós mesmos.

A actividade turística assume, nos dias de hoje uma grande importância nas economias locais, nacionais e mundial, de tal maneira que prevê-se que se torne a actividade número um a nível internacional. Daí que existem, varias actividades entre as quais se tem vindo a destacar o turismo cultural, com um crescimento anual de 15%. Com efeito, o património converte os locais em pontos de interesse e destinos de visita e o turismo torna-os economicamente rentáveis (Fernandes 2008:45).

Os bens patrimoniais a semelhança ao que acontece com os recursos naturais também são esgotáveis, finitos, únicos e escassos devendo assim ser preservados e valorizados, de modo a prestigiar a herança cultural das gerações vindouras e as presentes. O património deve ser divulgado no seu contexto original para que a mensagem que se pretende transmitir aos turistas visitantes seja feita no seu todo, deve haver aqui um sentido de Universalidade que permite criar uma boa relação entre o Património Edificado e o turismo (Fernandes 2008: 41).

CAPÍTULO 5

OS CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE (CFM) NO CONTEXTO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO

Neste capítulo irei apresentar um estudo de caso, dos CFM, no contexto da preservação do património edificado. Farei um pequeno historial do imóvel, assim como analisarei os seus valores e significado cultural.

5.1. Enquadramento Histórico

A Estação Central dos CFM, é um dos edifícios públicos mais antigos da Cidade de Maputo localizado na antiga Praça Azevedo (actual Praça dos Trabalhadores). Foi projectado em 1906 pelo Capitão de engenharia Alfredo Augusto Lisboa de Lima, então Director dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques (CFLM), para substituir o antigo edifício de Madeira e Zinco. O projecto da nova estação ferroviária coexistiu com os trabalhos de construção de uma linha férrea entre Lourenço Marques e Suazilândia (1905-1912). A nova estação foi construída para responder às exigências logísticas, em resultado do crescente movimento ferroviário, para prestigiar os serviços públicos dos Portugueses perante nacionais e estrangeiros com vista a competir com as estações congéneres de Durban, Joanesburgo, Pretória e Cape Town e também para um reordenamento urbanístico daquele local. Em suma, a nova estação impunha-se por razões económicas que interessavam directamente ao estado português e deveria, servir para reunir todos os serviços próprios da estação e todos os serviços de direcção, administração geral dos CFLM, exploração, movimento, tráfego, fiscalização, estatística, contabilidade, secretarias e obras de tracção e oficinas (Jopela *et al* 2008 : 4; Lage e Carrilho 2010: 23; Navarro 2012: 174).

5.2. O edifício da Estação Central dos Caminhos de Ferro de Moçambique, como bem do património cultural

Este edifício é um bem do património cultural classificado e protegido pela lei 10/88 de 22 de Dezembro. Ele é um edificio emblemático e determinante na história da Baixa da Cidade de Maputo sob o ponto de vista arquitectónico, assim como artístico e histórico.

O edifício principal dos CFM é caracterizado pelo uso do ferro como material nobre em espaços com funcionalidades novas, resultantes da revolução industrial. A cúpula central foi fabricada em

Joanesburgo-África do Sul, pela empresa Evans & Plows, em virtude de se ter gorado a possibilidade de ser fabricada na Grã-Bretanha, devido à Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O zimbório tem 48 pés de diâmetro, aproximadamente, e quase 40 pés de altura, tendo sido empregues 4 toneladas de cobre no seu fabrico (Lage e Carrilho 2010: 22; Navarro 2012: 178).

A relevância dos CFM no conjunto do património edificado pode ser analisada sob diferentes perspectivas, desde a histórica, por um lado, como pela qualidade intrínseca do edifício principal com a sua imponente fachada. É um exemplo admirável da arquitectura francesa que foi influenciada pelo estilo vitoriano muito em voga em Joanesburgo, no final do século XIX (Navarro 2012: 180).



Figura 3: Fachada do Edifício Central dos CFM (Foto: Arcénio Chilengue).



Figura 4: Primeira estação dos CFM de Madeira e Zinco substituída pelo imponente Edifício
(Foto: Arquivo Histórico de Moçambique)

5.3. Significado Cultural do edifício.

O significado cultural do património cultural imóvel é atribuído pela sociedade em relação às suas qualidades que se dão. Estas qualidades são valores que podem mudar ao longo do tempo. Alguns destes valores podem estar intrinsecamente ligados ao bem enquanto outros estão associados com a sua localização e o seu relacionamento com o cenário em que se encontra.

Independentemente da sua categoria, a gestão dos bens culturais imóveis exige, antes de tudo, a manutenção permanente do seu significado cultural. Também, tem o propósito de ajudar a identificar e avaliar os atributos que fazem do património cultural imóvel, um lugar de valor para a comunidade, para a Nação ou para o mundo (Jopela 2012: 27).

Há uma dimensão patrimonial “afectiva”, dos CFM, enquanto antiguidade nacional, elemento fulcral na construção da identidade nacional moçambicana, com um peso estruturante na emergência das suas dinâmicas económicas e sociais e que, ainda hoje, mantém a sua funcionalidade original. A sua sobrevivência constitui um factor de valorização acrescida, enquanto imagem arquetípica, vinculadora da memória colectiva (Navarro 2012: 180).

5.4. Os valores patrimoniais que integram o edifício dos CFM e critérios classificatórios

5.4.1. Valores patrimoniais

Os valores de um bem patrimonial estão expressos nas suas características técnicas- construtivas, razão pela qual mesmo uma ruína contém esses mesmos valores. Do mesmo modo, os seus atributos estão relacionados com os modos de ocupação e funções do imóvel.

❖ Valor Histórico:

A Estação Central dos CFM presta um grande contributo para o conhecimento da nossa história. Os CFM surgem numa altura em que foram descobertos vários recursos naturais na África do Sul, em Natal e ex Transvaal. Devido à necessidade de encontrar um local que pudesse evacuar estes minérios, a região da Baixa da Cidade de Maputo, foi identificada como propícia para a instalação de um porto que escoasse os produtos. Neste âmbito, foi construído o edifício dos CFLM, e uma linha férrea que ligava Lourenço Marques à vizinha África do Sul (ex Transvaal e Natal). A partir de então, este local movimentou um grande volume de pessoas e bens para a vizinha África do Sul e outras partes do país, onde grupos de Moçambicanos se engajavam no trabalho da exploração mineira (De Lima 1966: 173-174; Bica 1996: 15-24; Caldeira 2008).



Figura 5: Fase final dos CFLM (Foto: Arquivo Histórico de Moçambique)

❖ **Valor Social:**

A Estação Central dos CFM, transporta muito mais do que pessoas e bens transportam história e cultura, possibilitando o surgimento de novas dinâmicas sociais, culturais e económicas. Este local encerra vários eventos do passado e reflecte um longo período da história moçambicana. O edifício dos CFM é importante pela sua arquitectura, pelas funções que desempenha (transporte ferroviário), como fonte de renda familiar para várias pessoas. Lá decorrem eventos culturais e artísticos.

❖ **Valor Arquitectónico:**

A construção deste edifício enquadrou-se no desenvolvimento urbanístico da cidade, sendo um dos primeiros edifícios emblemáticos erguidos na Baixa de Maputo, imponente pela sua arquitectura que é da época da revolução industrial, com uma decoração ecléctica: a simetria, estrutura e elementos construtivos de alvenaria e ferro, a fachada principal com um térreo central encimado por um Zimbório principal, ladeado por dois Zimbórios secundários e coberturas de chapas metálicas. Na parte superior do portículo central desenvolve-se uma decoração elaborada de folhagem de elementos vegetais envolvendo um relógio público (Macamo 2003b: 154; Lage e Carrilho 2010: 22).

❖ **Valor económico:**

A Estação Central dos CFM, pelo seu valor histórico-arquitectónico que encerra, associado a sua localização privilegiada constitui não só atracção turística (Jopela 2012: 36), mas também proporciona o desenvolvimento, no seu interior e exterior, de actividades económicas que beneficiam várias pessoas. Estas actividades são consequência das funções que o edifício desempenha, associado à movimentação de pessoas e bens, facto esse que propiciou a criação de um Banco comercial, Galerias de obras de arte, a actual Empresa Municipal de Transportes Públicos de Maputo (EMTPM) e o Comércio informal (vendedores ambulantes e lavadores de carros).

5.4.2. Critérios classificatórios

A Lei classifica globalmente todos os imóveis erguidos em data anterior a 1920 (Lei 10/88 de 22 de Dezembro). No caso específico dos CFM, são usados os critérios gerais contidos na definição dos valores e os complementares que se seguem:

❖ **Autenticidade**

Desde a época da construção, o Edifício dos CFM, beneficiou de algumas alterações complementares na fachada (1913), nada que alterasse a sua estrutura física original, que se manteve até aos nossos dias (CFM 2010:13). Este Imóvel ainda mantém a sua configuração inicial e as mesmas funções para a qual foi concebido, agregando alguns elementos novos nas suas actividades, que conferem maior dinâmica e vida ao imóvel (Macamo 2003b: 154; Ministério da Cultura 2010: 45; Ringback 2008: 18-19).

❖ **Integridade**

Os atributos mais importantes, como a arquitectura e as técnicas de construção do edifício dos CFM encontram-se bem conservados. A reabilitação que está no plano para este edifício visa retardar o processo de degradação do imóvel, que está sendo acelerada por factores humanos e naturais. O projecto de reabilitação deste imóvel tem em conta as pesquisas sobre a conservação de acordo com as directrizes internacionais sobre conservação (Macamo 2003b: 154; Ministério da Cultura 2010: 45; Ringback 2008: 19).

CAPÍTULO 6

ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DO PATRIMÓNIO EDIFICADO ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL

No capítulo que se segue irei apresentar as estratégias de preservação e valorização do património edificado, com uma menção a alguns exemplos de edifícios emblemáticos da Baixa de Maputo.

No mesmo capítulo apresento os resultados do inquérito que foi feito na Baixa da cidade de Maputo com o objectivo de colher a opinião dos cidadãos sobre aspectos ligados à preservação e valorização do património edificado. Estes resultados constituem a base empírica deste trabalho.

6.1. Importância da valorização do Património Edificado

De acordo com Deacon & Agnew (1997) o património é único insubstituível, visto que a deterioração ou o desaparecimento de um recurso patrimonial, constitui uma perda irreparável para a humanidade como um todo, dado que uma vez destruído, perde-se para sempre. Os monumentos são portadores de uma mensagem histórica, na medida em que informam as sociedades contemporâneas sobre o modo de vida das comunidades passadas e do presente, por exemplo as mesquitas, igrejas e templos não só são considerados pelo seu significado religioso, mas também por revelarem o mérito artístico e arquitectónico de determinado período histórico.

Este também constitui uma valiosa fonte de informação para a compreensão da diversidade cultural entre as sociedades (Duarte 1992). O património cultural é um legado que recebemos dos nossos antepassados e que temos o dever de transmitir-lo as gerações presentes e futuras. O património constitui, de facto, uma via para a compreensão da diversidade cultural, bem como de reconhecimento dos vínculos culturais que existem entre os povos (Jopela 2014:09).

Este transmite diversas mensagens e valores (históricos, artísticos, estéticos, políticos, religiosos, sociais, espirituais, científicos, naturais etc) que contribuem para dar sentido e significado a vida das pessoas.

- ❖ Exemplo as estações arqueológicas e os museus são dizem-nos como os homens viveram no passado, possuem uma mensagem histórica;
- ❖ As mesquitas igrejas e templos são considerados não apenas pelo seu significado religioso, mas também pelo seu mérito artístico e arquitectónico;
- ❖ Os embondeiros são valorizados não só pela grandeza impressionante, mas também pelo seu valor espiritual;
- ❖ E representa a identidade de um grupo social na medida em que as pessoas mantêm a sua identidade através do seu património cultural (tangível e intangível) (Perscomm Macamo).

6.2. A pertinência política na preservação e valorização do Património Edificado

A conservação, a valorização e uma boa gestão do património podem trazer grandes benefícios económicos e sociais a longo prazo a todos os cidadãos, incluindo a criação de oportunidades de trabalho, de negócios, de turismo, e o melhoramento da qualidade do espaço urbano.

O Património Edificado nacional está em constante mudança devido a dinâmica do crescimento urbano, daí haver uma necessidade de especial atenção aos monumentos que carregam consigo a identidade dum nação mas também aquilo que somos e que é conhecido além fronteira de nós, é devido a esta característica única urbanística desta cidade que inclui desde as ruas e avenidas que a constitui e a dimensão arquitectónica e histórica. Esta cidade carrega consigo um passado, e o património edificado tem um peso na construção da identidade nacional moçambicana, na emergência das dinâmicas sociais e económicas este é vinculador da memória colectiva de uma nação exemplo a Estação Central dos Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM). O património edificado da Baixa de Maputo constitui um legado para as gerações vindouras por isso a sua

preservação e valorização por parte do Estado constituir uma prioridade como forma de elevar o seu valor histórico e cultural para os cidadãos moçambicanos.

6.3. A Baixa de Maputo

O valor potencial do património cultural da Baixa de Maputo é importante por razões intangíveis (a história da cidade, uso quotidiano) e tangíveis (qualidade da forma urbana, arquitectura, qualidade dos espaços públicos). O património é fundamental para criar a identidade da cidade e dos cidadãos, para a consolidação de Maputo como uma cidade de referência na África Sub-Sahariana.

Maputo é uma cidade com edifícios de grande interesse histórico-arquitectónico, com arquitecturas ligadas a estilos ou técnicas de construção importadas, por vezes com largo atraso, e de alguma forma adaptadas, com maior ou menor sucesso, ao ambiente moçambicano. São estas arquitecturas que fazem da cidade de Maputo preciosos e fascinantes testemunhos do Homem e seus eventos (Corvaja 2003:61).

6.4. Resultados do Inquérito sobre a preservação e valorização do Património Edificado na Baixa da Cidade de Maputo:

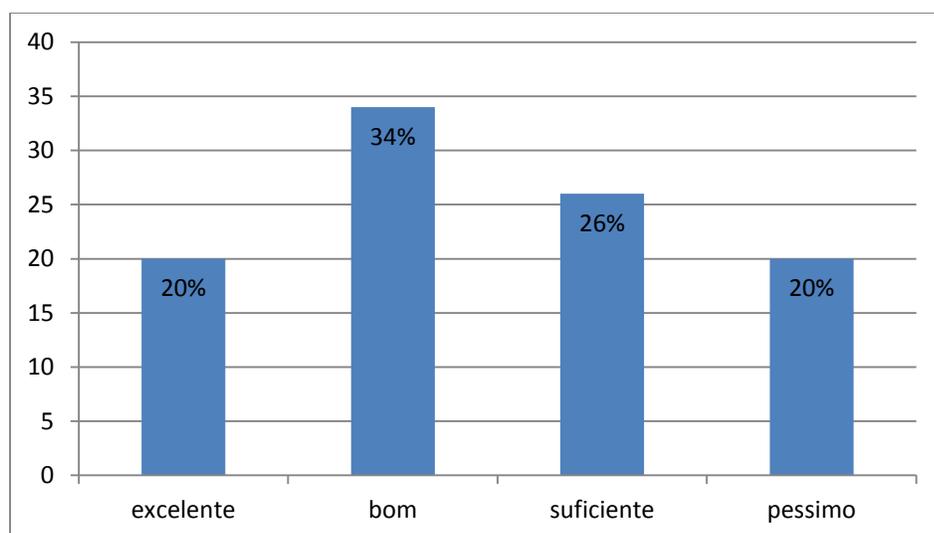
6.4.1. A preservação dos valores patrimoniais

De acordo com os resultados do inquérito apresentados na tabela.2 e no gráfico abaixo ilustrados mostra que 34% das 50 pessoas inquiridas consideram que a preservação dos edifícios do património edificado em relação aos valores patrimoniais é bom e 20% que é excelente, mas 26% consideram suficiente assim como 20% acham que estão péssimas as condições da sua preservação devido a falta de atenção sobre os mesmos edifícios por parte dos cidadãos e das entidades competentes. Em alguns edifícios não são feitas a manutenção e restauro como é o

caso do edifício Central dos Caminhos de Ferro de Moçambique-CFM, este sim esta a beneficiar de uma reabilitação.

Tabela. 2

Preservação dos valores patrimoniais		
Categorias	Frequências	Percentagem
Excelente	10	20
Bom	17	34
Suficiente	13	26
Pessimo	10	20
Total	50	100

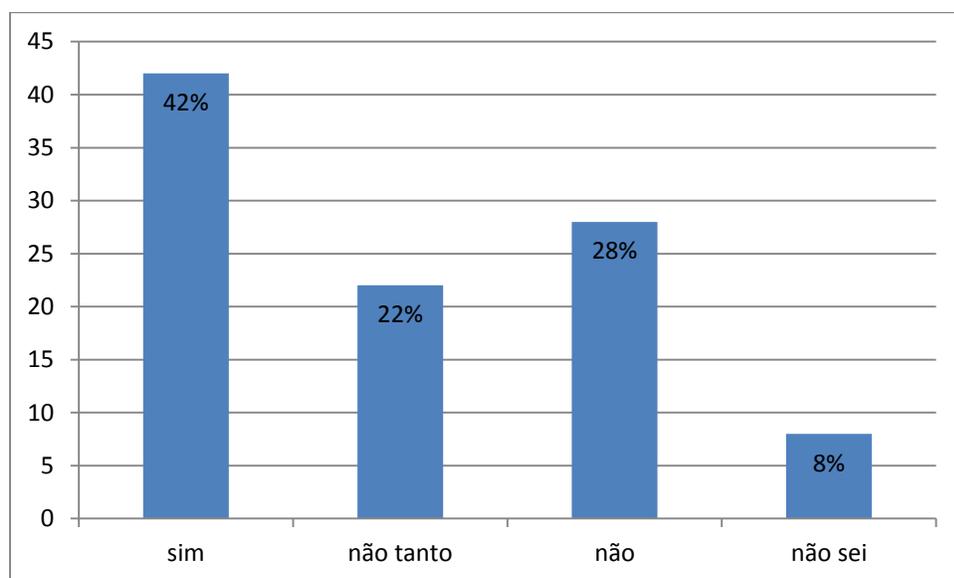


6.4. 2. O estado de conservação dos edifícios do património edificado

Em relação ao estado de conservação dos edifícios do património edificado 42% das 50 pessoas inquiridas responderam que sim os cidadãos é que contribuem para a má conservação dos edifícios do património cultural devido ao mau uso dos mesmos edifícios por parte os cidadãos 22% acham que não tanto e 28% acham que não são e apenas 8% desconhecem do motivo que leva ao estado ao mau e o bom estado de conservação do Património Edificado da Baixa de Maputo.

Tabela. 3

Estado de conservação dos edifícios		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Sim	21	42
não tanto	11	22
Não	14	28
não sei	4	8
Total	50	100

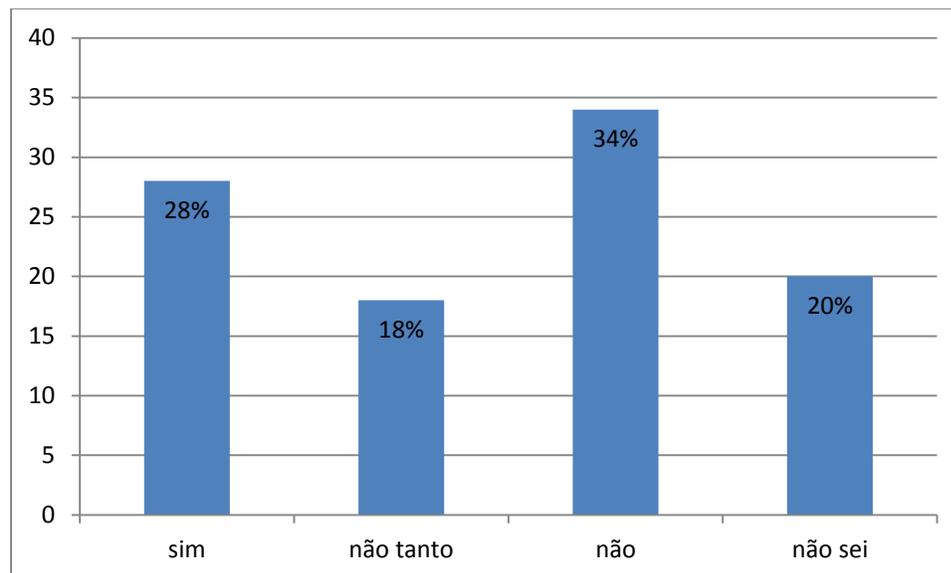


6.4. 3.Valorização do Património Edificado

Acerca da questão sobre a valorização do património cultural por parte dos cidadãos da Baixa da Cidade de Maputo cerca de 34% dos 50 inquiridos acham que não há valorização do património edificado, pois estes acham que existe uma negligência e por parte dos utentes dos mesmos, 18% consideram que não tanto, 20% desconhecem ou seja não sabem se há ou não uma valorização do património e 28% das pessoas consideram que existe uma valorização mas não como devia ser pois ainda existe um número considerável do património que encontra-se num estado de total abandono.

Tabela. 4

Valorização_do_patrimonio		
Categorias	Frequencias	Percentagens
sim	14	28
não tanto	9	18
não	17	34
não sei	10	20
Total	50	100



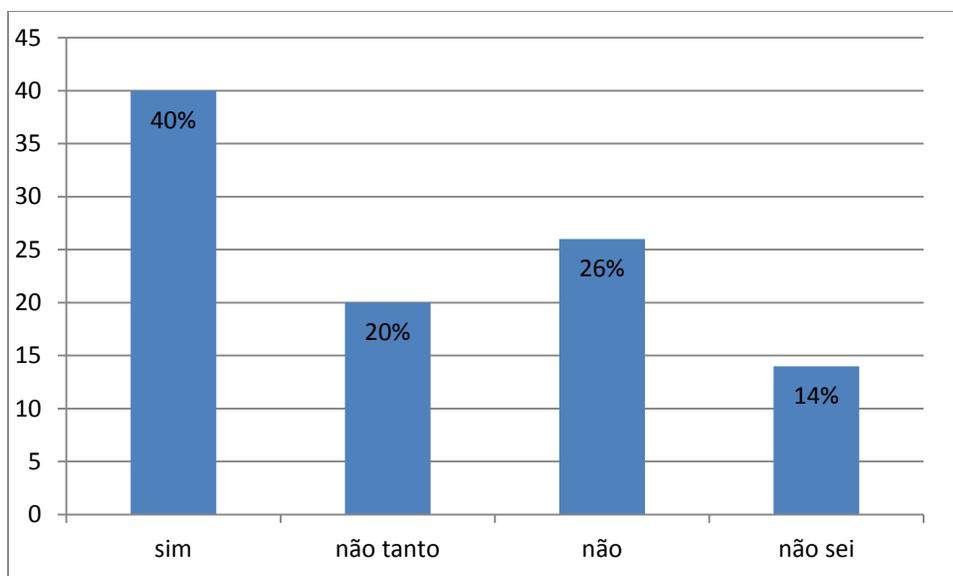
6.4.4. Protecção do património edificado

Das 50 pessoas inquiridas 20% das pessoas consideram que não há tanta preocupação em proteger o património edificado por parte da sociedade no geral, devia haver mais intervenção das entidades competentes, porque a maior parte dos edifícios são negligenciados exemplo o prédio Pott, 14% dizem que não sabem, 26% responderam que não há uma preocupação em

proteger o patrimonio por parte desta mesma sociedade e 40% dessas pessoas consideram que sim e que o Estado tem criado meios e esforços para proteger o património edificado na Baixa da Cidade de Maputo.

Tabela. 5

Protecção_do_patrimonio edificado		
Categorias	Frequências	Percentagens
sim	20	40
não tanto	10	20
não	13	26
não sei	7	14
Total	50	100



6.4.5. O património como forma de identidade dos moçambicanos

Das 50 pessoas submetidas ao inquérito 54% delas consideram que sim o património edificado identifica-nos como moçambicanos as pessoas sentem-se identificadas com alguns edifícios que como é o exemplo da Fortaleza de Maputo, o edifício do museu da Nacional da Moeda, 24% consideram que não tanto, 18% acham que não e apenas 4% desconhecem se o património identifica-se com as pessoas.

Tabela.6

O património como identidade dos moçambicanos		
Categorias	Frequências	Percentagem
sim	27	54
não tanto	12	24
não	9	18
não sei	2	4
Total	50	100

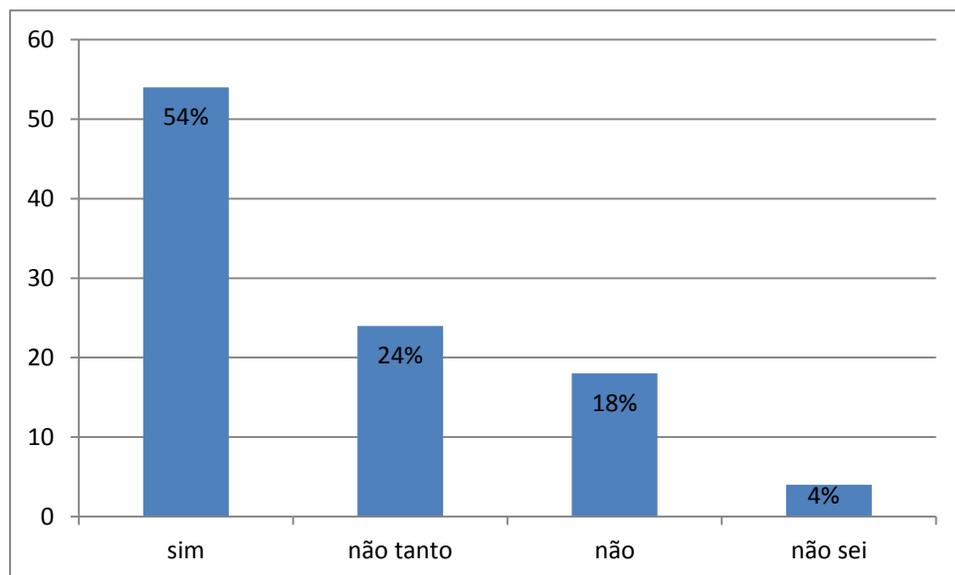


Tabela. 7. Esquema de operacionalização das medidas técnico-normativas (Elaborado por Arcénio Chilengue).

Número de participantes por instituição	Acção de preservação e valorização do Património Edificado	Alguns elementos a tomar em consideração
2-5 Conselho Municipal da Cidade de Maputo	Vedação da área circundante aos monumentos	Fazer-se jornadas de limpezas nos monumentos mensais ou trimestralmente.
3-2 Ministério da Cultura e Turismo através da Direcção Nacional do Património Cultural	Fiscalização das actividades comerciais realizadas próximo dos monumentos	Devia de colocar um guarda para zelar a área durante o dia.
3-2 Empresas do Sector privado	Proibição de venda de produtos alimentares próximo dos monumentos	Não deitar lixo em volta dos monumentos.
5-3 Vendedores informais	Colocação de sanitários públicos a volta dos	Manter os jardins em volta dos monumentos colocando

	monumentos	torneiras
4-6 Lavadores de carros e outros	Evitar a colagem de panfletos nos edifícios do património.	Evitar pintar e escrever sobre os monumentos.

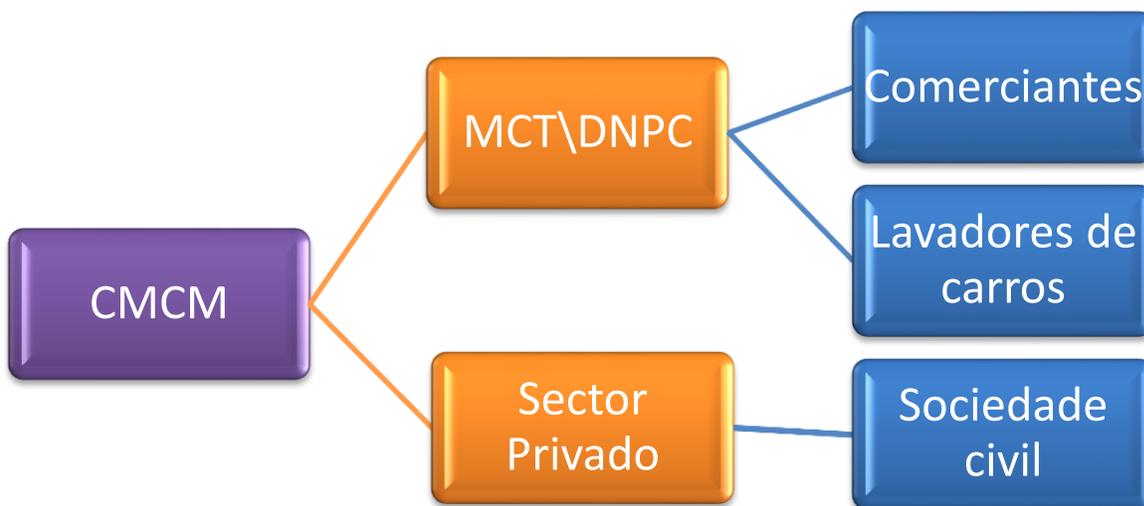


Figura.7. Representação esquemática do processo de envolvimento dos intervenientes na preservação e valorização do património edificado (Elaborado por Arcénio Chilengue)

CAPÍTULO 8

CONCLUSÃO

Um dos grandes problemas que contribui para o estado degradante dos edifícios do património cultural na Baixa de Maputo são as questões económicas e sociais existentes. Esta zona histórica alberga a maioria do património edificado. Todos esses problemas são gerados por processos de transformação observada há várias décadas, resultante de movimentos migratórios induzidos pelas dinâmicas económicas na sociedade moçambicana contemporânea.

Deve-se dar maior atenção a questão de promoção de acções de preservação do património edificado, de forma a estabelecer um processo eficaz de protecção e salvaguarda do património pois este deve ser visto, como parte integrante na política de desenvolvimento económico e social do país. Por isso, a participação e o comprometimento dos cidadãos é indispensável para a preservação efectiva do património edificado. É preciso estimular e despertar a consciência de todas as gerações através da realização de programas de educação patrimonial.

O envolvimento de diversos actores sociais permite diagnosticar melhor os problemas que contribuem negativamente para a preservação e valorização dos edifícios patrimoniais que se encontram no centro da cidade. É importante a realização de projectos ou programas com vista à preservação e valorização do património edificado, mas ressalta-se a participação de (4) quatro esferas:

1. O Conselho Municipal da cidade de Maputo, por ser o depositário deste património e cabem a eles a legislação de ordenamento territorial e controle urbanístico;
2. O Ministério da Cultura e Turismo por ser o órgão que superintende a Cultura.
3. O Sector privado com destaque para o sector ligado ao turismo pode ser um importante agente de cooperação com o desenvolvimento sustentável da cidade e a preservação do património cultural.
4. A sociedade civil ou a comunidade que usufrui deste património deve ser envolvida neste processo de preservação do edificado

No presente trabalho comprovei a importância da preservação e valorização do património edificado, a exemplo da Baixa de Maputo, em benefício das gerações presentes e futuras. Dado o estado de degradação em que se encontra o património edificado da Baixa de Maputo, seria útil que no futuro fosse desenvolvido um estudo arqueológico nesta zona histórica, com vista à reconstituição da sua paisagem sócio ecológica e urbana.

BIBLIOGRAFIA

Agnew, N. 1997. Preservation of archaeological sites: a holistic perspective. *Conservation* 12 (2): 1-6. Los Angeles: The Getty Conservation Institute Newsletter.

Bica, J.N. 1996. Economia e política de transição: Estudo de caso CFM-Sul (1964-1980)/ Dissertação de Licenciatura. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane-Departamento de História.

Caldeira, R. 2008. Mais do que Passageiros, Transportamos História e Cultura. Locomotiva. Maputo: CFM

CFM. 2010. Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique: 100 anos da Estação Ferroviária de Maputo. Maputo: CFM

Chirikure, S. 2013. Heritage conservation in Africa: The good, the bad and the challenges. *South African Journal Science*.

Corvaja, I. 2003. Maputo: Desenho e Arquitectura. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Edições FAPF

De Lima, A. P. 1966. Edifício Históricos de Lourenço Marques. Maputo: *SI*.

Ekblom, A., G. Lindsey & M. Notelid 2011. A Historical Ecology of the Limpopo and Kruger National Parks and Lower Limpopo Valley. *Journal of Archaeology and Ancient History* 1:29

Ekblom, E. & G. Lindsey 2010a. Hierarchy and scale: testing the long term role of water, grazing and nitrogen in the savanna landscape of Limpopo National Park (Mozambique). *Landscape Ecol* 25:1529-1546

Ekblom, E. & G. Lindsey 2010b. Fire history and fire ecology of Northern Kruger (KNP) and Limpopo National Park (PNL), southern Africa. *The Holocene* 20(7) 1063-1077.

Ekblom, E. & G. Lindsey 2010c. Dung fungi as indicators of past herbivore abundance, Kruger and Limpopo National Park. *Paleogeography, Paleoclimatology, Paleocology* 296: 14-27.

Fernandes, T.C & Brochier, L. 2012. *A Educação Patrimonial na Avaliação de Impacto Ambiental*: possibilidades de aplicação de uma perspectiva de Arqueologia Pública. Curitiba: Universidade Federal do Paraná-UFPR

Fernandes, S. 2008. O papel do Património Histórico-Arqueológico na promoção do Desenvolvimento local. ISCTE- Instituto Superior de Ciência do Trabalho e Empresa: SC. Departamento de Sociologia

Filipe, K. 2006. Património vivo em Inhambane: Distrito de Vilanculos, 1992-2004. Dissertação de Licenciatura. Maputo: DH/UEM.

Galvão, P.L. 1939. Os Transportes na Colónia de Moçambique no ano de 1935-36. *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, (51) 1228: 122-5

Jamieson, W. 2000. *The Challenges of Sustainable Community Cultural Heritage Tourism*. Bangkok: Asian Institute of Technology

Jopela A. Filipe, K. Machava, B. 2008. Roteiro Turístico da Cidade de Maputo. Maputo: Mozambique City Tours.

Jopela, A. 2014. Custódia Tradicional do Património Cultural Imóvel .In *Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique* (coord. Albino Jopela) . Maputo: Ministério da Cultura- Direcção Nacional do Património Cultural; 54-9.

Lacerda, N. & Zancheti, S.M. 2012. Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos. Cidade Universidade Federal de Pernambuco, *Centro dos Estudos Avançados da Conservação Integrada* (CECI).

Lage, L & Carrilho, J. 2010. Inventário do Património edificado da Cidade de Maputo – Catálogo de edifícios e Espaços Propostos para Classificação. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, *Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico*.

Macamo L. Adamowicz, 2015. The Legal Protection of Archaeological Heritage in Mozambique (1994-2014). In press

Macamo, S. (coord.) 2003. Inventário Nacional de Monumentos, Conjuntos e Sítios. Maputo: *Ministério da Cultura – Direcção Nacional de Património Cultural*.

Marconi, A.M & Lakatos, M.E. 2003. Fundamento de Metodologia Científica. V edição. São Paulo. *Atlas S.A.*

Maurente, V & Tittoni, J. 2007. Imagens como estratégia de metodologia em pesquisa: A Fotocomposição e outros caminhos. Porto Alegre: *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*: . 33-4.

Mazel, A. 1982. Principles for conserving the archaeological resources of the Natal Drakensberg. *South African Archaeological Bulletin* 37: 7-15

MEC 2007. Colectânea da Legislação Cultural de Moçambique. 1ª Edição. Maputo: *MEC*.

MEC/DNPC 2013. Inventário do Património Cultural da Baixa de Maputo Maputo, DNPC

Ministério da Cultura. 2010. Plano de Gestão e Conservação Ilha de Moçambique Património Cultural Mundial. Maputo: *Direcção Nacional de Património Cultural*.

Muocha, M. 2005. O uso das placas para a identificação do património arqueológico: Estudo de caso das estações arqueológicas do Distrito de Vilankulo, 1943-2004. Dissertação de Licenciatura. Maputo: DH/UEM.

Navarro, B. J. 2012. A Estação Central De Maputo No Contexto Das Políticas De Preservação Do Património Edificado De Moçambique: Estudo De Caso. *SC Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia. Historiæ*, Rio Grande, 3 (1):171-200

Ndoro, W. 2005. Your Monument Our Shrine: The Preservation of Great Zimbabwe. Uppsala: Uppsala University.

Ndoro, W. 2001a. Heritage Management in Africa. *The Getty Conservation Newsletter* 16 (3): 20-23. Pedrosa, P. C. 2011. Significância Cultural como critério para a conservação do

Património Mundial. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano. Recife: Universidade Federal de Pernambuco:15-221.

Ringbeck, B. 2008. Management Plan for World Heritage Sites: a practical guide. Bonn: *German Commission for UNESCO*.

Secretaria de Estado da Cultura. 1982-85. Ilha de Moçambique. Relatório-Report. Arkitektskoleni Aarhus-Danmark

UNESCO-ICCROM-ICOMOS-IUCN, 2013. Managing Cultural World Heritage. World Heritage Resource Manual Series. Paris: UNESCO.

UNESCO-ICCROM-ICOMOS-IUCN, 2013. Managing Cultural World Heritage. *World Heritage Resource Manual Series*. Paris: UNESCO.

Zancheti, S.M. 2009. Valores patrimoniais (Comunicação apresentada ao Seminário sobre Gestão do Património Cultural dos PALOP). Pemba: AWHF, CHDA.

Legislação:

Lei 10/88 de 22 de Dezembro, que determina a Protecção Legal dos Bens Materiais e Imateriais do Património Cultural Moçambicano, Boletim da Republica, nr. 51 (I).

Resolução 12/2010, que aprova a Política de Museus, Boletim da República nº 59, de 27 de Abril de 2010.

Resolução nº 12/2010 de 2 de Junho, que aprova a Política de Monumentos. Boletim da República nº 22 (i).

Decreto nº 71/2009 de 15 de Dezembro sobre o Regulamento do Regime Jurídico Relativo à Protecção, Preservação e Valorização do Património da Luta de libertação Nacional.

Anexo



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA
LICENCIATURA EM ARQUEOLOGIA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Inquérito de levantamento de dados de Pesquisa

Tema: Preservação e Valorização do Património Cultural Edificado da Baixa da Cidade de Maputo

DISTRITO MUNICIPAL KA MPFUMO

Estimado entrevistado, esta entrevista visa apenas colectar dados para pesquisa. Por favor responda às questões que se seguem. Não é obrigatório escrever o seu nome. Agradecemos, antecipadamente, pela sua colaboração.

I. Secção de Dados Pessoais

1. Marque com x, no quadradinho correspondente ao seu perfil

a) Idade

16 a 20 21 a 35 36 a 60 61 a 90

b) Escolaridade

Primário **básico** **Médio** **Licenciado**
Mestrado **doutorado**

c) **Sexo:** **Feminino** **Masculino**

II. Secção das Perguntas

1. Como vê a Baixa da cidade de Maputo hoje acha que ainda preserva os edifícios históricos?

Excelente **Bom** **Suficiente** **Péssimo**

Porquê? — — —

2. Acha que as pessoas contribuem para a má conservação destes edifícios?

Sim não tanto não não sei

Justifique _____.

3. Acha que existe uma valorização destes mesmos edifícios por parte dos munícipes?

Sim não tanto não não sei

Como ocorre? _____

_____.

4. Há respeito pelos monumentos histórico da Cidade de Maputo?

Sim não tanto não não sei

Como é que acontece? _____

_____.

5. Que tipo de actividade provoca a degradação dos edifícios?

Sim não tanto não não sei

Dê exemplos? _____

_____.

6. O que acha que devia ser feito para a preservação dos edifícios do património cultural?

Sim não tanto não não sei

Dê exemplos? _____

_____.

7. Acha que o património edificado identifica-nos como Moçambicanos?

Sim não tanto não não sei

Como? _____

_____.

8. Para se evitar os impactos negativos em relação ao património o que se devia fazer?

Lista de alguns edifícios e monumentos do património edificado que encontram-se na zona protegida da baixa da Cidade de Maputo.

Nome do Imóvel	Ano da sua construção	Coordenadas geográfica	Estado de conservação
Estação Central dos Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM)	1908 a 1910	Lat. 25°58'15.81" S Long. 32°33'52.46" E	Bom
Edifício do Mercado Central	1901 a 1903	Lat. 25 ° 58' 15" S Long. 32 ° 34' 14" E	Razoável
Museu Nacional Moeda	Arquitectura do início da ocupação portuguesa	Lat. 25 ° 58' 23.93" S Long. 32 ° 34' 11.16" E	Bom
Edifício do Conselho Municipal	1910 a 1947	Lat. 25 ° 58' 5.15" S Long. 32 ° 34' 25.91" E	Bom
Monumento da 1ª Guerra Mundial	Inaugurado em 1935	Lat. 25 ° 58' 17.92" S Long. 32 ° 33' 55.21" E	Bom
Casa dos Azulejos	Construção anterior a 1879	Lat. 25 ° 58' 24.05" S Long. 32 ° 34' 2.26" E	Razoável
Centro Cultural Franco Moçambicano (CCFM)	Lançamento da primeira pedra em 1898	Lat. 25 ° 58' 12.32" S Long. 32 ° 34' 24.19" E	Bom
Fortaleza de Maputo	Entre 1851 a 1867 (destruído e reerguido em 1780 a 1796)	Lat. 25 ° 58' 30.30" S Long. 32 ° 34' 14.32" E	Bom
Sé Catedral	1936 a 1944	Lat. 25 ° 58' 7.79" S Long. 32 ° 34' 28.17" E	Bom
Rádio Moçambique (RM)	Construído em 1948	Lat. 25 ° 58' 13.94" S Long. 32 ° 34' 31.99" E	Bom
Telecomunicações de Moçambique (TDM)	Não se sabe	Lat. 25 ° 58' 13.97" S Long. 32 ° 34' 33.13" E	Bom
Tribunal Supremo (Vila Jónia)	Construído em 1890	Lat. 25 ° 58' 18.71 S Long. 32 ° 34' 28.54" E	Bom
Imprensa Nacional	Construído no início do século XX	Lat. 25 ° 58' 25.09" S Long. 32 ° 34' 24.92" E	Bom
Monumento e Estátua de Samora Moisés Machel	Construído e inaugurado em 1989	Lat. 25 ° 58' 14.80" S Long. 32 ° 34' 21.18" E	Razoável

Prédio Pott	Construído entre 1903 a 1905	Lat. 25 ° 58' 14.80" S Long. 32 ° 34' 21.18" E	Ruina
Biblioteca Nacional	Construído em 1903 a 1904	Lat. 25 ° 58' 24.75" S Long. 32 ° 34' 22.35" E	Bom
Correios de Moçambique	Construído em 1903	Lat. 25 ° 58' 23.65" S Long. 32 ° 34' 20.85" E	Bom
Casa de Ferro	Estabelecido em 1892	Lat. 25 ° 58' 13.79" S Long. 32 ° 34' 22.41" E	Bom